

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo**  
**SICOOB CENTRAL CECRESP**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>1.740.763.219,15</b>	<b>1.629.742.846,18</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.156.115.278,49</b>	<b>995.491.596,35</b>
<b>Caixa e Equivalentes De Caixa</b>		<b>640.997.832,05</b>	<b>685.384.237,39</b>
Disponibilidades	4	4.305,29	41.041,14
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5	639.842.822,25	659.168.027,26
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.150.704,51	26.175.168,99
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>502.861.635,04</b>	<b>298.402.413,83</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	311.650.966,93	164.531.138,71
Títulos e Valores Mobiliários	6	191.210.668,11	133.871.275,12
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>8.789.304,90</b>	<b>6.723.118,38</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		8.857.461,98	6.821.133,40
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(68.157,08)	(98.015,02)
<b>Outros Créditos</b>	8	<b>2.938.856,78</b>	<b>4.460.259,64</b>
Rendas a Receber		12,12	20,36
Diversos		2.860.419,86	4.384.866,23
Créditos Tributários		78.424,80	75.373,05
<b>Outros Valores e Bens</b>	9	<b>527.649,72</b>	<b>521.567,11</b>
Despesas Antecipadas		527.649,72	521.567,11
<b>Não Circulante</b>		<b>584.647.940,66</b>	<b>634.251.249,83</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>450.749.485,46</b>	<b>506.506.487,97</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>443.357.905,85</b>	<b>495.561.348,15</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	134.536.280,27	123.120.970,55
Títulos e Valores Mobiliários	6	308.821.625,58	372.440.377,60
<b>Operações de Crédito</b>		<b>4.773.955,41</b>	<b>8.296.937,54</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	7	4.773.955,41	8.296.937,54
<b>Outros Créditos</b>	8	<b>2.388.391,18</b>	<b>2.388.391,18</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	9	<b>229.233,02</b>	<b>259.811,10</b>
Despesas Antecipadas		229.233,02	259.811,10
<b>Permanente</b>		<b>133.898.455,20</b>	<b>127.744.761,86</b>
<b>Investimentos</b>	10	<b>127.522.976,01</b>	<b>120.655.575,34</b>
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		115.380.198,45	109.024.513,00
Outros investimentos		12.142.777,56	11.631.062,34
<b>Imobilizado de Uso</b>	11	<b>3.078.972,13</b>	<b>3.295.834,66</b>
Outras Imobilizações de Uso		4.063.828,97	4.053.781,87
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(3.067.043,00)	(2.840.133,37)
<b>Intangível</b>	12	<b>3.296.507,06</b>	<b>3.793.351,86</b>
Ativos Intangíveis		8.768.443,27	8.768.443,27
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(5.471.936,21)	(4.975.091,41)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.740.763.219,15</b>	<b>1.629.742.846,18</b>

<b>PASSIVO</b>		<b>1.608.061.479,63</b>	<b>1.496.391.154,69</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.608.023.271,85</b>	<b>1.496.352.946,91</b>
<b>Depósitos</b>		<b>1.530.971.381,65</b>	<b>1.413.408.776,87</b>
Depósitos à Prazo	13	1.530.971.381,65	1.413.408.776,87
<b>Relações Interfinanceiras</b>	14	<b>53.442.718,12</b>	<b>60.397.305,39</b>
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais		53.442.718,12	60.397.305,39
<b>Outras Obrigações</b>		<b>23.609.172,08</b>	<b>22.546.864,65</b>
Sociais e Estatutárias	15.1	19.596.738,90	16.051.367,68
Fiscais e Previdenciárias	15.2	479.194,69	792.247,69
Diversas	15.3	3.533.238,49	5.703.249,28
<b>Não Circulante</b>		<b>38.207,78</b>	<b>38.207,78</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>38.207,78</b>	<b>38.207,78</b>
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	15.3	38.207,78	38.207,78
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>132.701.739,52</b>	<b>133.351.691,49</b>
<b>Capital Social</b>		<b>117.308.779,40</b>	<b>121.054.075,98</b>
De Domiciliados No País	17 (a)	117.308.779,40	121.054.075,98
<b>Fundo de Reserva</b>	17 (b)	<b>10.109.073,97</b>	<b>10.109.073,97</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	17 (e)	<b>5.283.886,15</b>	<b>2.188.541,54</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.740.763.219,15</b>	<b>1.629.742.846,18</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo**  
**SICOOB CENTRAL CECRESP**  
**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO**

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2020	30/06/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>25.944.261,56</b>	<b>46.237.369,91</b>
Operações de Crédito	19	395.028,63	611.180,33
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5 (c)	17.036.804,38	26.608.613,41
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6 (a)	8.512.428,55	19.017.576,17
<b>Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira</b>	<b>20</b>	<b>(24.348.584,61)</b>	<b>(45.745.820,99)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.b	(24.378.442,55)	(42.622.481,37)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	(2.769.077,72)
Provisão para Operações de Créditos	7.e	29.857,94	(354.261,90)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>1.595.676,95</b>	<b>491.548,92</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>1.775.736,24</b>	<b>5.625.176,66</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		95.617,85	295.053,55
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(11.233.869,59)	(11.679.367,26)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(3.956.860,84)	(3.812.495,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(77.795,49)	(119.870,01)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10 (a.c)	6.060.959,81	5.379.484,64
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	10.887.697,00	15.587.243,43
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(12,50)	(24.872,02)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>3.371.413,19</b>	<b>6.116.725,58</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>58.998,95</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	57.562,54
Outras Receitas		-	2.209,36
Outras Despesas		-	(772,95)
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>3.371.413,19</b>	<b>6.175.724,53</b>
Participações nos Resultados de Empregados		(276.068,58)	(458.993,65)
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>	<b>17 (c)</b>	<b>3.095.344,61</b>	<b>5.716.730,88</b>
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>3.095.344,61</b>	<b>5.716.730,88</b>
<b>Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>3.095.344,61</b>	<b>5.716.730,88</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo**  
**SICOOB CENTRAL CECRESP**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

DESCRIÇÃO	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>112.136.654,59</b>	<b>7.889.665,39</b>	<b>6.025.473,25</b>	<b>126.051.793,23</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Ao FATES	-	-	(598.329,49)	<b>(598.329,49)</b>
Constituição de Reservas	-	1.209.312,48	(1.209.312,48)	-
Ao Capital	3.957.467,91		(3.957.467,91)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-		(260.363,37)	<b>(260.363,37)</b>
Por Subscrição/Realização	7.119.848,09	-	-	<b>7.119.848,09</b>
Por Devolução ( - )	(7.002.703,18)	-	-	<b>(7.002.703,18)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>	-	-	5.716.730,88	<b>5.716.730,88</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>116.211.267,41</b>	<b>9.098.977,87</b>	<b>5.716.730,88</b>	<b>131.026.976,16</b>
			-	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>121.054.075,98</b>	<b>10.109.073,97</b>	<b>2.188.541,54</b>	<b>133.351.691,49</b>
Por Subscrição/Realização	1.819.746,83	-	-	<b>1.819.746,83</b>
Por Devolução ( - )	(5.565.043,41)	-	-	<b>(5.565.043,41)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>	-	-	3.095.344,61	<b>3.095.344,61</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>117.308.779,40</b>	<b>10.109.073,97</b>	<b>5.283.886,15</b>	<b>132.701.739,52</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo**  
**SICOOB CENTRAL CECRESP**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas do Período</b>	<b>3.095.344,61</b>	<b>5.716.730,88</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.060.959,81)	(5.379.484,64)
Participações no Lucro (Sobras)	276.068,58	458.993,65
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	(29.857,94)	354.261,90
Depreciações e Amortizações	723.754,43	617.823,33
	<b>(1.995.650,13)</b>	<b>1.768.325,12</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(158.535.137,94)	(9.284.260,82)
Títulos e Valores Mobiliários	6.279.359,03	1.249.395,82
Operações de Crédito	1.486.653,55	872.896,17
Outros Créditos	1.521.402,86	(5.257.441,39)
Outros Valores e Bens	24.495,47	78.725,73
Depósitos a Prazo	117.562.604,78	(31.168.471,50)
Relações Interfinanceiras	(6.954.587,27)	11.380.087,78
Outras Obrigações	786.238,85	4.852.643,86
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>	<b>(39.824.620,80)</b>	<b>(25.508.099,23)</b>
Distribuição Sobras da Confederação	-	17.030,87
Alienação de Imobilizações de Uso	-	181.427,46
Aquisição De Imobilizado de Uso	(10.047,10)	(160.688,95)
Recebimento Dividendos	6.919.155,19	12.383.270,48
Aquisição de investimentos	(7.725.596,05)	(12.383.795,82)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(816.487,96)</b>	<b>37.244,04</b>
Aumento por novos aportes de Capital	1.819.746,83	7.119.848,09
Devolução de Capital à Cooperados	(5.565.043,41)	(7.002.703,18)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(260.363,37)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(598.329,49)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>(3.745.296,58)</b>	<b>(741.547,95)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(44.386.405,34)</b>	<b>(26.212.403,14)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	685.384.237,39	483.299.481,91
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	640.997.832,05	457.087.078,77
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(44.386.405,34)</b>	<b>(26.212.403,14)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo**  
**SICOOB CENTRAL CECRESP**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>	<b>17 (c)</b>	<b>3.095.344,61</b>	<b>5.716.730,88</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	<b>10 (a.c)</b>	(6.060.959,81)	(5.379.484,64)
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>(2.965.615,20)</b>	<b>337.246,24</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRE FIMOS EM 30 DE JUNHO 2020 E DE 2019**

(Em Reis)

**1. Contexto Operacional**

**CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** é uma cooperativa central, instituição financeira não bancária, fundada em 14/10/1989, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por intermédio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiadas. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) alocação de custos diretos e indiretos relacionados aos serviços prestados pela Cecresp para as filiadas; (ii) e rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiadas, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiadas. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente abatidas na base de cálculo do rateio orçamentário, conforme aprovação na XXXI Assembleia Geral Ordinária realiza em 30/04/2016.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 30 de junho de 2020 e de 2019, a totalidade das aplicações financeiras estavam concentradas naquela instituição financeira.

Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiadas.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial no valor de R\$ 143.086.367,78, em 30 de junho de 2020, não oferece risco em função do que segue:

- i) Aproximadamente 62% do ativo não circulante constituem-se de aplicações em certificados interfinanceiros tendo o Bancoob como contraparte, aplicações consideradas de elevada liquidez;
- ii) A maior parte da captação da Cecresp é feita por meio de depósito a prazo das cooperativas de crédito, filiadas à Cecresp;
- iii) 100% da carteira de depósito a prazo em 30 de junho de 2020 possui vencimento acima de 360 dias, mas são apresentados no passivo circulante, pois podem ser resgatados a qualquer momento.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de julho de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### **Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de

valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **f) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **h) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Os investimentos em sociedades integrantes do conglomerado econômico-financeiro, cuja participação se dá por ações ordinárias e no qual se tem influência significativa, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

#### **j) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são provisionadas, mas divulgadas se classificadas como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificadas como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais ou administrativas em que está sendo contestada a legalidade ou a constitucionalidade de tributos. São registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN, e são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

### **m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### **n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2020**.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	4.305,29	41.041,14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	639.842.822,25	659.168.027,26
<b>TOTAL</b>	<b>639.847.127,54</b>	<b>659.209.068,40</b>

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor; e
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

## 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em operações compromissadas (a)	639.842.822,25	-	659.168.027,26	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)	311.650.966,92	134.536.280,27	164.531.138,70	123.120.970,55
<b>TOTAL</b>	<b>951.493.789,17</b>	<b>134.536.280,27</b>	<b>823.699.165,96</b>	<b>123.120.970,55</b>

(a) Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 100% do CDI e com conversibilidade imediata em caixa.

(b) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB e possuem vencimento até 11 de abril de 2029 com rendimentos médios de 101,13% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
<b>Aplicação em Depósitos Interfinanceiros</b>				
CDI de Instituições	255.760,15	311.395.206,77	134.536.280,27	446.187.247,19
LFT-O Compromissadas	639.842.822,25	-	-	639.842.822,25
<b>TOTAL</b>	<b>640.098.582,40</b>	<b>311.395.206,77</b>	<b>134.536.280,27</b>	<b>1.086.030.069,44</b>

(c) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez em 30/06/2020 e 30/06/2019 foram respectivamente R\$ 17.036.804,38 e R\$ 26.608.613,41.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

Em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020		30/06/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	71.352.491,31	308.821.625,58	27.305.924,96	372.440.377,60
Cotas de Fundos de Investimento (b)	121.008.881,31	-	132.740.519,15	-
<b>TOTAL</b>	<b>192.361.372,62</b>	<b>308.821.625,58</b>	<b>160.046.444,11</b>	<b>372.440.377,60</b>

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos públicos Federais e em Letras Financeiras - LF. informamos que a carteira livre de 100,00% da CDI.

(b) Classificação dos títulos por emissor

Títulos Mantidos para Negociação	30/06/2020	31/12/2019
<b>Renda Fixa</b>	<b>380.174.116,89</b>	<b>399.746.302,56</b>
LTF – BANCOOB	378.598.060,04	399.390.333,26
LTFRM – BANCOOB	362.251,82	355.969,30
LTN – BANCOOB	1.213.805,03	-
<b>Títulos Mantidos para Negociação</b>		
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>121.008.881,31</b>	<b>132.740.519,15</b>
SICOOB MULTIMERCADO	9.976.958,34	-

SICOOB INSTITUCIONAL	43.711.561,24	73.803.745,76
CENTRALIZAÇÃO FI RF	67.320.361,73	58.936.773,39
<b>TOTAL</b>	<b>501.182.998,20</b>	<b>532.486.821,71</b>

(a) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30/06/2020 e 30/06/2019 foram respectivamente R\$ 8.512.428,55 e R\$ 19.017.576,17.

## 7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	8.857.132,78	4.773.955,41	<b>13.631.088,19</b>	15.086.733,35
Adiantamento a Depositante	329,20	-	<b>329,20</b>	31.337,59
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>8.857.461,98</b>	<b>4.773.955,41</b>	<b>13.631.417,39</b>	<b>15.118.070,94</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(68.157,08)	-	<b>(68.157,08)</b>	(98.015,02)
<b>TOTAL</b>	<b>8.789.304,90</b>	<b>4.773.955,41</b>	<b>13.563.260,31</b>	<b>15.020.055,92</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	-	-	-	1.002.114,13	-
A	0,5%	Normal	13.631.417,39	13.631.417,39	(68.157,09)	8.628.909,37	(43.144,55)
B	1%	Normal	-	-	-	5.487.047,44	(54.870,47)
<b>Total Geral</b>			<b>13.631.417,39</b>	<b>13.631.417,39</b>	<b>(68.157,09)</b>	<b>15.118.070,94</b>	<b>(98.015,02)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(68.157,08)</b>	<b>(68.157,08)</b>	-	<b>(98.015,02)</b>	-
<b>Total Líquido</b>			<b>13.563.260,31</b>	<b>13.563.260,31</b>	-	<b>15.020.055,92</b>	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
<b>Empréstimo</b>	2.589.276,41	6.268.185,57	4.773.955,41	<b>13.631.417,39</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	30/06/2020	% da Carteira
Cooperativas vinculadas ao setor privado (indústria)	5.999.072,75	5.999.072,75	44%
Cooperativas vinculadas ao setor público	7.632.015,44	7.632.015,44	56%
<b>TOTAL</b>	<b>13.631.088,19</b>	<b>13.631.088,19</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	98.015,02	524.211,33
Constituições	101.269,98	108.456,17
Reversões	(131.127,92)	(534.652,48)
<b>TOTAL</b>	<b>68.157,08</b>	<b>98.015,02</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	5.522.939,71	41,00%	5.764.710,79	38,13%

10 Maiores Devedores	13.631.417,39	100,00%	15.118.070,94	100,00%
----------------------	---------------	---------	---------------	---------

## 8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	12,12	-	20,36	-
<b>Diversos</b>				
Adiantamentos e antecipações salariais	72.993,05	-	87.076,57	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	189.986,44	-	254.047,39	-
Devedores por depósitos em garantia (a)	-	2.388.391,18	-	2.388.391,18
Impostos e contribuições a compensar	78.424,80	-	75.373,05	-
Pagamentos a ressarcir	401.199,39	-	919.722,86	-
Devedores diversos – país (b)	2.196.240,98	-	3.124.019,41	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.938.856,78</b>	<b>2.388.391,18</b>	<b>4.460.259,64</b>	<b>2.388.391,18</b>

(a) O montante de R\$ 2.388.391,18, em 30 de junho de 2020, refere-se substancialmente aos depósitos judiciais, conforme abaixo:

Descrição	30/06/2020
Depósitos Judiciais – PIS	996.993,32
Depósitos Judiciais – COFINS	1.348.586,26
Depósitos Judiciais – Trabalhistas	40.111,60
Depósitos Judiciais – Outros	2.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.388.391,18</b>

Conforme prognóstico exarado pela assessoria jurídica responsável pela demanda, em virtude de ação movida pela Receita Federal do Brasil, que questiona o direito de recolhimento (PIS e COFINS) sobre movimentação financeira do sistema de cooperativa de crédito, a chance de êxito no mandado de segurança que se discute a configuração do ato cooperativo para aplicações financeiras é provável. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) pacificou o entendimento de que toda movimentação financeira das cooperativas de crédito – incluindo a captação de recursos, a realização de empréstimos aos cooperados, bem como a efetivação de aplicações financeiras no mercado – constitui ato cooperativo.

Com base no CPC 25, na jurisprudência consolidada do STJ a Cecresp embasada no atendimento de seus assessores jurídicos, entendeu que a obrigação legal deixe de existir, cessando qualquer tipo de provisionamento contábil.

Tendo em vista que a ação da Cecresp não foi julgada em última instância, a Cecresp mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação. Os demais depósitos judiciais efetuados pela Cecresp referem-se à esfera trabalhista descrita na nota explicativa 31.

(b) O montante de R\$ 2.196.240,98, em 30 de junho de 2020, refere-se a pendências a regularizar de R\$ 255.278,30, pendências a regulariza Bancoob R\$ 30.839,00, outros de R\$ 6.668,39 e rateio das cooperativas filiadas de R\$ 1.903.455,29.

O valor do rateio orçamentário é destinado à cobertura das despesas mensais da Cecresp, pela prestação de serviços às cooperativas associadas e outros compromissos, conforme orçamento anual aprovado pela Assembleia Geral.

## 9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmios e Seguros	2.221,58	-	32.534,50	-
Assinaturas de Periódicas	1.225,98	-	9.240,84	-

IPTU	23.597,59	-	-	-
Processamento de Dados	106.108,32	105.351,37	108.479,46	84.091,21
Vale Refeição e Alimentação	129.817,00	-	175.252,95	-
Vale Transporte	-	-	20.996,99	-
Software	264.679,25	123.881,65	175.062,37	175.719,89
<b>TOTAL</b>	<b>527.649,72</b>	<b>229.233,02</b>	<b>521.567,11</b>	<b>259.811,10</b>

## 10. Investimentos

Em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
BANCOOB (a)	115.380.198,45	109.024.513,00
CONFEBRÁS (b)	5.000,00	5.000,00
CECRESP Corretora de Seguros (c)	1.052.179,25	540.464,03
CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (b)	481.442,04	481.442,04
SICOOB Confederação (b)	10.604.156,27	10.604.156,27
<b>TOTAL</b>	<b>127.522.976,01</b>	<b>120.655.575,34</b>

(a) A Cecresp possui influência significativa na gestão do Bancoob, fazendo parte do bloco de controle.

BANCOOB	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	109.024.513,00	106.746.950,43
Integralização	7.725.596,05	11.148,61
Dividendos	(6.919.155,19)	-
Ajuste de Equivalência Patrimonial	5.549.244,59	2.266.413,96
<b>TOTAL</b>	<b>115.380.198,45</b>	<b>109.024.513,00</b>

(b) Os valores de investimento estão contabilizados a custo.

(c) A Cecresp possui influência significativa na gestão da Corretora, fazendo parte do bloco de controle.

CECRESP CORRETORA DE SEGUROS	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	540.464,03	500.704,44
Ajuste de Equivalência Patrimonial.	511.715,22	39.759,59
<b>TOTAL</b>	<b>1.052.179,25</b>	<b>540.464,03</b>

## 11. Imobilizado de uso

Em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, o imobilizado de uso está assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Terrenos		6.959,00	6.959,00
Edificações	4%	2.075.227,16	2.075.227,16
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(676.573,38)	(635.068,86)
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	4%	1.144.358,60	1.144.358,60
(-) Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(299.107,63)	(241.889,71)
Instalações	10%	91.187,98	91.187,98
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(91.187,98)	(91.187,98)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	880.729,57	870.682,47
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(326.633,54)	(284.989,82)
Sistema de Comunicação	20%	152.664,90	152.664,90
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.769.085,44	1.769.085,44
Sistema de Segurança	10%	25.802,48	25.802,48
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.673.540,47)	(1.586.997,00)
<b>TOTAL</b>		<b>3.078.972,13</b>	<b>3.295.834,66</b>

## 12. Intangível

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o intangível está assim composto:

Descrição	Taxa Amortização	30/06/2020	31/12/2019
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.494.274,18	1.494.274,18
Licenças e Direitos Autorais e de Uso (a)	20%	7.274.169,09	7.274.169,09
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(5.471.936,21)	(4.975.091,41)
<b>TOTAL</b>		<b>3.296.507,06</b>	<b>3.793.351,86</b>

(a) Trata-se de aquisições de ferramentas (robotização, plataforma Goodata, Fluig e ERP) da TOTVS, necessárias para as atividades de prestação de serviços do Centro de Serviço Compartilhado - CSC, disponibilizados as cooperativas filiadas e conveniadas do Sicoob Central Cecresp.

## 13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Demonstrado pelo valor atualizado, com apropriações de rendimentos, pelo método pró-rata, com base nos prazos, conforme a seguir:

Modalidade RDC Longo Pós-CDI: com prazo fixado em 5 mil dias e taxa pós fixada em 100% do CDI.

Modalidade RDC Pós-Fixado Escalonado-CDI: A rentabilidade será de acordo com o prazo de aplicação, sendo taxas divulgadas no site do Sicoob Central Cecresp, permite resgate parcial, a partir do dia seguinte ao da aplicação com vencimento em 1.800 dias.

Os depósitos estão garantidos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, pelo FGCoop (Fundo Garantidor Cooperativas).

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósito a Prazo	1.530.971.381,65	1.413.408.776,87
<b>TOTAL</b>	<b>1.530.971.381,65</b>	<b>1.413.408.776,87</b>

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	149.876.029,82	9,79%	148.738.612,79	10,52%
10 Maiores Depositantes	920.854.202,05	60,15%	837.181.702,70	59,23%
50 Maiores Depositantes	1.513.674.380,52	98,87%	1.378.951.832,96	97,56%
<b>TOTAL</b>	<b>1.530.971.381,65</b>		<b>1.413.408.776,87</b>	

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(24.378.442,55)	(42.622.481,37)
<b>TOTAL</b>	<b>(24.378.442,55)</b>	<b>(42.622.481,37)</b>

## 14. Relações interfinanceiras

A Cecresp tem como prática comum a captação de recursos com suas filiadas para posterior aplicação destes, principalmente no BANCOOB, com o objetivo de remunerar esse capital. Os valores oriundos das cooperativas singulares estão assim representados.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Centralização Financeira	53.442.718,12	60.397.305,39
<b>TOTAL</b>	<b>53.442.718,12</b>	<b>60.397.305,39</b>

## 15. Outras Obrigações

### 15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros (a)	278.561,44	247.232,40
FATES (b)	473.924,78	729.814,83
Sobras Líquidas a Distribuir	154.121,12	154.121,12
Cotas de Capital a Pagar (b)	18.317.406,95	14.544.587,73
Outras Remunerações de Capital (c)	372.724,61	375.611,60
<b>TOTAL</b>	<b>19.596.738,90</b>	<b>16.051.367,68</b>

(a) Refere-se à remuneração variável a ser paga aos colaboradores por atingimento de metas de negócios e orçamentárias, previsto em acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência às filiadas e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
BOMBRIIL	675.519,58	675.519,58
SICOOB COOPERFAC	381.373,85	381.373,85
VB TRANSPORTES	1.157,15	1.157,15
COOPUNESP	191.947,28	191.947,28
COOPAZ	882.348,68	882.348,68
COOPERTEL	599.562,84	599.562,84
OWENS-ILLINOIS	1.085.433,60	1.085.433,60
COOP. AKZONOBEL	599.692,39	599.692,39
ITAPIRA	531.202,79	531.202,79
FIBERGLAS	336.479,36	336.479,36
COOPER- SEKURIT	400.194,81	400.194,81
AVIBRÁS	617.917,69	617.917,69
COOFER	455.000,02	455.000,02
COOPERALPINA	300.687,15	300.687,15
CEBRACE	965.111,65	965.111,65
COOPERTAKATAPETRI	982.354,35	982.354,35
COOPMWM INTERNACIONAL	1.033.527,08	1.033.527,08
SICOOB COOPERSERV JABOTICABAL	82.348,47	82.348,47
SICOOB CANTAREIRA	259.914,31	259.914,31
EMPRESA DIVERSÕES	86.930,71	86.930,71
RAPIDO LUXO	5.814,80	5.814,80
COOPERBMC	49.773,76	85.807,65
COOPERFEB	4.019,48	4.019,48
CREDISCOOP	166.930,62	166.930,62
GRUPO PPG	150.529,59	150.529,59
PROMOCRED	741.136,47	741.136,47
COOPERALES	1.056.844,80	1.056.844,80
CREDIAFAM	573.517,99	573.517,99
COOPERPLASCAR	481.248,94	481.248,94
COOPRICLAN	322.897,52	322.897,52
COOPERNITRO	464.579,92	464.579,92
COOPERFEIS	441.064,13	-
COOPERMEL	609.590,45	-
EMPRESAS ITAÚ	441.802,26	-
SICOOB PILKINGTON	601.381,93	-

COOPINCOR	1.715.014,34	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.294.850,76</b>	<b>14.522.031,54</b>
Demais Coop. Exercícios Anteriores	22.556,19	22.556,19
<b>TOTAL</b>	<b>18.317.406,95</b>	<b>14.544.587,73</b>

## 15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	42.305,97	56.394,14
Impostos e Contribuições sobre Salários	435.747,29	733.552,45
Outros	1.141,43	2.301,10
<b>TOTAL</b>	<b>479.194,69</b>	<b>792.247,69</b>

## 15.3 Diversas

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	3.393.331,73	-	5.553.396,16	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	38.207,78	-	38.207,78
Cretores Diversos – País (c)	139.906,76	-	928.010,03	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.533.238,49</b>	<b>38.207,78</b>	<b>5.703.249,28</b>	<b>38.207,78</b>

(a) Do montante de R\$ 3.393.331,73, em 30 de junho de 2020, R\$ 1.823.160,89 refere-se a despesa com pessoal e R\$ 1.570.170,84, refere-se a obrigações com fornecedores.

(b) Provisão de processo trabalhista, conforme nota explicativa 31.

(c) Do montante de R\$ 139.906,76, em 30 de junho de 2020, R\$ 37.337,74 refere-se a pendências a regularizar, R\$ 60.569,02 de pagamentos a processar e R\$ 42.000,00 de Seminários do 2º fórum de pensamentos estratégicos e negócios.

## 16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL CECRESP** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em **30 de junho de 2020** e de **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.819.746,83 com recursos provenientes da integralização de capital para adequação do capital Mínimo Exigido.

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Capital Social	117.308.779,40	121.054.075,98
Associados	73	103

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela constituição do Fundo de Reestruturação Cecresp e aprovação de seu regulamento, necessários para os impactos da estruturação do quadro de empregados, os custos para redução de utilização e manutenção de 2 (dois) andares na sede, também para realização de adaptações no 18º andar, no montante de R\$ 2.188.541,54. Devido a assembleia ter ocorrido no mês 07/2020, os valores serão registrados no mês de competência, permanecendo em sobras acumuladas em 30 de junho de 2020.

O resultado apurado no final do primeiro semestre de 2020, é de R\$ 3.095.344,61 (2019 – R\$ 5.716.730,88) e permanecem em Sobras acumuladas até a destinação do resultado do exercício.

### 18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Receita de prestação de serviços	84.489,61	262.351,13
Despesas específicas de atos não cooperativos	(10.911,66)	(27.706,77)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(30.655,46)	(137.176,88)
Resultado operacional	42.922,49	97.467,48
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	(4.286,56)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.922,49	93.180,92
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	<b>42.922,49</b>	<b>93.180,92</b>

### 19. Receitas de operações de crédito

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	18.912,87	10.110,46
Rendas de Empréstimos	376.115,76	601.069,87
<b>TOTAL</b>	<b>395.028,63</b>	<b>611.180,33</b>

### 20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas De Captação	(24.378.442,55)	(42.622.481,37)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	-	(2.769.077,72)
Provisões para Operações de Crédito	29.857,94	(354.261,90)
<b>TOTAL</b>	<b>(24.348.584,61)</b>	<b>(45.745.820,99)</b>

## 21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Cobrança	11.128,24	20.694,87
Outras Receita de Prestação de Serviços	84.489,61	262.351,13
<b>TOTAL</b>	<b>95.617,85</b>	<b>295.053,55</b>

## 22. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(64.103,76)	(61.595,10)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(681.088,51)	(680.380,48)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.275.030,15)	(2.699.586,01)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.687.937,85)	(2.039.942,76)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.518.221,32)	(6.181.362,91)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(9.000,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.488,00)	(7.500,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.233.869,59)</b>	<b>(11.679.367,26)</b>

## 23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(67.096,75)	(75.789,75)
Despesas de Aluguéis	(115.051,17)	(157.765,77)
Despesas de Comunicações	(124.804,21)	(158.235,91)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(61.571,08)	(73.528,06)
Despesas de Material	(15.439,15)	(35.001,73)
Despesas de Processamento de Dados	(431.054,30)	(417.456,35)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(28.201,48)	(226.752,84)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.744,32)	(9.697,04)
Despesas de Seguros	(32.724,42)	(21.679,34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(177.293,27)	(167.632,24)
Despesas de Serviços de Terceiros	(763.416,32)	(400.172,61)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(511.669,65)	(446.526,10)
Despesas de Transporte	(11.722,28)	(17.227,55)
Despesas de Viagem no País	(102.305,82)	(310.800,44)
Despesas de Amortização	(496.844,80)	(361.721,58)
Despesas de Depreciação	(223.390,09)	(256.101,75)
Outras Despesas Administrativas	(163.864,20)	(170.288,03)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4.227,20)	(8.628,83)
Rateio de despesas da Central	(23.382,80)	(490.855,88)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(601.057,53)	(6.633,87)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.956.860,84)</b>	<b>(3.812.495,67)</b>

## 24. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	4.744,50	79.153,75
Rateio de despesas da central entre filiadas	8.833.906,31	13.914.447,38
Atualização depósitos judiciais	-	44.251,63
Outras rendas operacionais (a)	2.049.046,19	1.549.390,67
<b>TOTAL</b>	<b>10.887.697,00</b>	<b>15.587.243,43</b>

(a) trata-se de receitas com prestação de serviços de assessoria e consultoria como serviço agente de controles internos, contabilidade geral (societária e tributária), suporte do sistema SIC, folha de pagamento, assessoria jurídica, segurança cibernética, estudo de viabilidade de incorporação, desenvolvimento de diretrizes, políticas e normas de governança, suporte SISBR, consultas – marketing, análise de risco de crédito, análise de inteligência de mercado e cliente, assessoria de apoio ao negócios e outros.

## 25. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Outras Despesas Operacionais	(12,50)	(24.872,02)
<b>TOTAL</b>	<b>(12,50)</b>	<b>(24.872,02)</b>

## 26. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	57.562,54
Ganhos de Capital	-	2.209,36
(-) Perdas de Capital	-	(772,95)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-</b>	<b>58.998,95</b>

## 27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas em 30 de junho de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Operação de Crédito	10.233.130,88	75,07%	51.165,65
<b>TOTAL</b>	<b>10.233.130,88</b>	<b>75,07%</b>	<b>51.165,65</b>

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	6.220.246,39	11,64%	3,01%
Depósitos a Prazo	579.922.514,78	37,88%	3,01%

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos Conselheiros de Administração e Fiscal e aos correspondentes encargos sociais que no 1º semestre de 2020, somaram R\$ 898.482,67 (R\$ 901.466,58 em 2019) conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e foram registrados em despesas de pessoal na demonstração das sobras ou perdas, conforme quadro abaixo:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	64.103,76
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	681.088,51
Encargos Sociais	153.290,40
<b>TOTAL</b>	<b>898.482,67</b>

## 28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito,

mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **28.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **28.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **28.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **28.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## **29. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **30. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos

termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	26.965.557,26	33.489.660,59
Índice de Basileia (IB) - %	12,64%	16,36%
Índice de Grau de imobilização (GI) - %	17,12%	12,91%

### 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão Demandas	Depósitos	Provisão para Demandas	Depósitos
Trabalhistas	38.207,78	40.111,60	38.207,78	40.111,60
Fiscais	-	2.345.579,58	-	2.345.579,58
Outros	-	2.700,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.207,78</b>	<b>2.388.391,18</b>	<b>38.207,78</b>	<b>2.388.391,18</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL CECRESP, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

### 32. Benefícios a empregados

A Cecresp é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Sicoob Multi Instituído (CNPB 20.070.023-29). O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Cecresp são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o primeiro semestre de 2020, totalizaram R\$ 32.804,70.

**SÃO PAULO**

**ROBERVAL FERREIRA FRANCA**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA**

**CONTADOR SP-251999/O-4**

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da  
Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Central Cecresp

São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Central Cecresp, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Central Cecresp em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

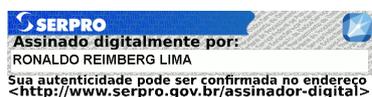
- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Central. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 7 de agosto de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador CRC 1SP215393/O-1  
CNAI 1584

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações contábeis do primeiro de semestre 2020 da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, na forma da legislação em vigor.

## 1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CENTRAL CECRESP completou 30 anos atuando como uma cooperativa central de crédito que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse de suas filiadas, integrando e orientando suas atividades e facilitando a utilização recíproca de seus serviços, na base territorial do Estado de São Paulo.

## 2. Avaliação de Resultados

No primeiro semestre de 2020, obteve um resultado de R\$ 3.095.344,61 representando um retorno sobre o patrimônio líquido de 2,33%.

## 3. Ativos

Os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 1.587.213.067,65. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 13.631.417,39.

O maior devedor representava, na data-base de 30/06/2020, o percentual de 41% da carteira, totalizando R\$ 5.522.939,71.

## 4. Captação

As captações de recursos junto às cooperativas singulares filiadas somavam o total de R\$ 1.530.971.381,65.

O maior aplicador representava, na data base de 30/06/2020, o percentual de 9% da centralização financeira, totalizando R\$ 150.498.148,75 aplicados.

## 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECRESP era de R\$ 26.965.557,26. O quadro de cooperados era composto por 73 cooperativas filiadas, havendo uma redução de 29,13% em relação ao mesmo período do exercício anterior, que era de 103.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL CECRESP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/1999, havendo uma concentração de 100% nos níveis de “AA-e-A”.

## **7. Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Central possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do conselho e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito a cada três anos, com mandato até a Assembleia Geral de 2021, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL CECRESP aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. Em 2020, a ouvidoria do SICOOB CENTRAL

CECRESP, não registrou manifestações de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 7 de agosto de 2020.

**ROBERVAL FERREIRA FRANCA**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA**

**CONTADOR SP-251999/O-4**